

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

ATA Nº 06

Aprovado por Maioria
11 VOTOS a favor - CDU
9 VOTOS Contra - PS
1 VOTO a favor - Coligação
1 VOTO a favor - BE "Virei
Sessão de 28.02.19 Alcáçer"
A Mesa
Lu. Queiroz I.R. Mendes

1 Aos catorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Alcáçer do Sal e
2 Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária,
3 Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima
4 Martins dos Santos Leite, Primeira Secretária da Mesa, Vítor Manuel Elias Rosa, Segundo
5 Secretário da Mesa e os Membros, Serafim António Martins Inocêncio, Manuel Fernando da Silva
6 Rocha, António José Freitas Grilo, José Manuel Mártires Balona, Mariana Antónia Caixeirinho,
7 Luzia Maria Carvalho Maurício, Gonçalo José Neto Nunes, Baltasar Flávio da Silva (em regime de
8 substituição), Rui Damião Conceição da Silva, João Luís Campos Guerreiro, Ana Maria Tomás
9 Cananão Guerreiro, Maria Teresa Monteiro Pires Carvalho de Noronha e Castro (em regime de
10 substituição), José Manuel Ramos Correia, Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Ricardo Jorge
11 Carqueijeiro Magalhães Campos, Filomeno Herlander Vieira Braz, Jacinto José Guerreiro Vinagre,
12 Ana Helena Carvalho da Silva, Tânia dos Anjos Gamboias Coelho (em regime de substituição do
13 Presidente da União das Freguesias de Alcáçer do Sal), Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente
14 da Junta de Freguesia do Torrão, Deolinda da Conceição de Oliveira Florêncio, Presidente da
15 Junta de Freguesia de Comporta, Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de
16 Freguesia de São Martinho.

17 Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,
18 e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice- Presidente,
19 Nuno Miguel Besugo Pestana, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos e Mara Eloisa Pimentas
20 Marques.

21 Verificou-se a ausência dos Deputados Maria Antónia Foito Crespo, Nuno Manuel Alferes Fernando
22 da Conceição e Arlindo José Paulino de Passos (Presidente da União de Freguesias de Alcáçer do
23 Sal), tendo os mesmos apresentado justificação, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

24 Pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, após ter sido efetuada, pela 1ª Secretária, a respetiva
25 chamada, verificou-se a existência de quórum, pelo que a Presidente da Assembleia Municipal
26 declarou aberta a sessão.

37 PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA _____

38

39 A Presidente da Assembleia Municipal, solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura
40 do resumo da correspondência.

41 **1 - Expediente:**

42 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência recebida, no período de 1
43 de outubro de 2018 a 13 de dezembro de 2018, que aqui se dá como reproduzido e transcrito,
44 ficando a mesma arquivada em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

45

46 **2 - Análise e votação das Atas das sessões realizadas em 5 de setembro e 28 de setembro de**
47 **2018.**

48 A Presidente da Assembleia, colocou a Ata da sessão realizada em 5 de setembro de 2018 a
49 votação.

50 - **A Ata nº 04 de 5 de setembro de 2018 foi aprovada por Unanimidade.**

51 A Presidente da Assembleia, colocou a Ata da sessão realizada em 28 de setembro de 2018 a
52 votação, a votação dos Deputados do PS foi somente referente à parte em que estiveram
53 presentes.

54 - **A Ata nº 05 de 28 de setembro de 2018 foi aprovada por Maioria, com 12 votos a favor da CDU, 9**
55 **votos contra do PS, 1 voto a favor da Coligação "Viver Alcácer" e 1 voto a favor do BE.**

56

57 A Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa, dois Votos de Pesar e duas
58 Moções:

59 - Voto de Pesar – (*Manuel Augusto Pucarinho Baião*), apresentado pelos Deputados do PS.

60 - Voto de Pesar – (*Manuel Augusto Pucarinho Baião*), apresentado pelos Deputados da CDU.

61 - Moção "A" (*Melhorar as nossas Estradas Nacionais – Trazer de volta a Alcácer do Sal o comboio*
62 *de passageiros*), apresentada pelos Deputados da CDU;

63 - Moção "B" (*Acesso à Saúde no Litoral Alentejano – É Urgente e necessário agir*), apresentada
64 pelos Deputados da CDU.

65

66 O Voto de Pesar, apresentado pelos Deputados do PS, referente ao falecimento do Senhor *Manuel*
67 *Augusto Pucarinho Baião*, foi lido pelo Deputado Rui Damião Silva e aqui se dá como reproduzido e
68 transcrito, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

69

70 Após a leitura do Voto de Pesar, fez-se um minuto de silêncio.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

71 O Voto de Pesar, apresentado pelos Deputados da CDU, referente ao falecimento do Senhor
72 **Manuel Augusto Pucarinho Baião**, foi lido pela 1ª Secretária da Mesa, Maria de Fátima Leite e aqui
73 se dá como reproduzido e transcrito, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte
74 integrante.

75

76 A Presidente da Assembleia, perguntou se algum Deputado se queria pronunciar sobre os Votos de
77 Pesar.

78

79 Intervenções:

80 O Deputado António José Grilo referiu que o funcionário tinha falecido no seguimento de um
81 acidente de trabalho, e que desde o mês de junho que tinha tentado falar sobre este assunto mas
82 não tinha sido possível, mas tinham conhecimento que este processo não tinha sido conduzido da
83 melhor forma.

84 O Deputado mencionou que o executivo permanente não tinha feito todas as diligências, para evitar
85 que o mesmo tivesse sido transferido para um Lar de Idosos, sem qualquer tipo de
86 acompanhamento permanente médico.

87 O Deputado disse que recordava o falecido, através da sua paixão pela família, pela música, pela
88 sua terra e pela vida vivida, terminou dizendo: obrigado Lico Baião.

89 O Deputado José Balona referiu que o processo referente ao falecimento do Lico Baião, estava a
90 decorrer e assim considerava que tinha sido extemporâneo o Deputado António Grilo dizer que não
91 tinha sido tudo feito, e fazer julgamentos errados.

92

93 A Presidente da Assembleia esclareceu que não estava a ser contabilizado o tempo de intervenção
94 dos Deputados, tendo em conta a relevância do assunto em apreciação.

95

96 A Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados da CDU para procederem à leitura da Moção
97 "A" (*Melhorar as nossas Estradas Nacionais – Trazer de volta a Alcácer do Sal o comboio de*
98 *passageiros*).

99 A Moção "A", foi lida pelo Deputado João Guerreiro dando-se aqui como reproduzida e transcrita,
100 ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

101 A Presidente da Mesa colocou a Moção "A" a discussão.

102 Intervenções:

103 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão disse que partilhava a preocupação pela reparação
104 da estrada entre o Torrão e Alcácer do Sal e a estrada da Comporta, mas não mencionavam a
105 estrada que liga São Romão ao Batão, em que a mesma há muito que precisava de restauro,

106 existia muitos utentes que se dirigiam à Junta de Freguesia do Torrão para relatarem que a estrada
107 se encontrava em mau estado, e assim deixava o alerta ao município, pois as estradas municipais
108 também eram um problema que tinha de ser resolvido.

109 O Deputado Manuel Rocha disse que subscrevia a preocupação do Presidente da Junta de
110 Freguesia do Torrão, referente às estradas municipais, mas era uma preocupação tida pelo
111 executivo permanente e deu como exemplo a estrada de Casebres, a variante que liga ao IC1.
112 Referiu que nas reuniões da Comissão de Utes, as estradas municipais também estavam
113 sinalizadas.

114 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão disse que era presidente da Junta de Freguesia do
115 Torrão e não da de Casebres ou da Comporta, e como tal tinha que falar da sua freguesia, a qual
116 estava a defender. Referiu que o executivo não olhava para a estrada que liga São Romão ao
117 Batão da mesma forma que olhava para as outras estradas do concelho.

118
119 A Presidente da Assembleia, colocou a Moção "A" a votação.

120 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

121
122 A leitura da Moção "B" (*Acesso à Saúde no Litoral Alentejano – É Urgente e necessário agir*), foi
123 dispensada pelos Deputados da CDU, dando-se como reproduzida e transcrita, ficando anexa à
124 presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

125
126 A Presidente da Assembleia, colocou a Moção "B" a votação.

127 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

128
129 A Presidente da Assembleia Municipal informou que após diligências efetuadas junto do Diretor da
130 ULSLA, tinha recebido um email onde o mesmo referia que já não existia, a obrigatoriedade de se
131 realizarem exames médicos no Hospital do Litoral Alentejano. Era uma situação que causava um
132 grande prejuízo à população, uma vez em termos de transportes, os mesmos acabam por ser
133 escassos. Sendo uma norma interna do Centro de Saúde de Alcácer do Sal, foi possível proceder à
134 sua alteração, pelo que a partir de agora a obrigatoriedade dos exames médicos serem realizados
135 no Hospital do Litoral Alentejano, deixava de existir.

136
137 A Presidente da Assembleia Municipal pediu à 1ª Secretária da Mesa, Maria de Fátima Leite que
138 procedesse à leitura do email enviado pelo Sr. Diretor da ULSLA, dando-se aqui como reproduzido
139 e transcrito, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

140

141 **INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO**

142
143 O Deputado Serafim Inocência referiu que a Sra. Presidente da Assembleia, tinha dito que iria pedir
144 um parecer jurídico sobre a questão regimental e assim questiona se já tinha alguma informação.

145 A Presidente da Assembleia Municipal disse que o parecer jurídico tinha sido pedido e tinha ficado
146 esclarecida sobre essa questão, ou seja a Mesa poderia ter feito sob ratificação a decisão então
147 tomada na reunião seguinte à implementação da norma. Assim atendendo que compete ao
148 Presidente da Mesa, gerir os trabalhos, e distribuir equitativamente os tempos e que as bancadas
149 não são prejudicadas com os sessenta minutos no período antes da ordem do dia, a Mesa entendia
150 que esta era a forma de gerir os trabalhos com maior eficácia.

151 O Deputado Serafim Inocência disse que teria de existir sempre uma votação em termos de
152 Regimento e pretendiam apresentar à Mesa uma Declaração de Protesto, dando-se aqui como
153 reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

154
155 O Deputado Jacinto Vinagre disse que respeitava o Partido Socialista, e que na última sessão
156 todos os Deputados da Bancada do PS tinham intervindo, utilizando o tempo da sua bancada, e
157 após utilizarem o tempo que lhes tinha sido concedido, abandonaram os trabalhos, não dando
158 hipótese ao executivo de responder às questões que tinham sido colocadas, demonstrando assim
159 uma falta de respeito pelo órgão e por quem os tinha elegido, para o cargo de deputados.

160 O Deputado Filomeno Braz disse que após a saída dos deputados da Bancada do PS, tinha
161 interpelado a Mesa no sentido de verificar se era válido a decisão que tinha sido tomada e que
162 tinha dado origem à saída dos deputados do PS, pois como estava fora do Regimento, sendo que a
163 norma teria de ser aprovado em cada reunião. O Deputado propôs que o público falasse logo no
164 início da sessão, pois não era tolerável ficarem até as duas ou três da manhã, para falarem.

165 A Presidente da Assembleia disse que relativamente aos tempos, essa questão já tinha sido
166 respondida e em relação à intervenção do público, se o mesmo interviesse no início da sessão,
167 ficaria prejudicado pois estavam a ser discutidos assuntos que os munícipes poderiam colocar
168 questões sobre o que ali estava a ser tratado.

169 O Deputado António Grilo leu uma Declaração em Defesa da Honra da Bancada do PS e aqui se
170 dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte
171 integrante.

172 O Deputado Serafim Inocência questionou acerca do resguardo da paragem de autocarros em
173 Albergaria. O Deputado disse ter conhecimento da formação da constituição do Conselho Municipal
174 de Educação e que a Assembleia Municipal ainda não tinha feito a eleição de presidente de Junta

175 de Freguesia, para integrar o mesmo e assim questiona o porquê da eleição ainda não ter sido
176 feita.

177 A Presidente da Assembleia disse que já tinha sido realizada a eleição do presidente de Junta de
178 Freguesia, para a composição do Conselho Municipal de Educação e que tinha sido eleito o
179 Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal e a eleição tinha sido realizada na sessão a
180 22 de fevereiro.

181 O Deputado Rui Silva referiu a situação do lixo, animais mortos na via pública, estacionamento
182 abusivos, situações que já tinham sido referidas em sessões anteriores, e que se vinham agravar,
183 sem qualquer resolução.

184 O Deputado Hélder Montinho disse que tinha estado presente no Agrupamento de Escolas do
185 Torrão, a Sra. Secretária de Estado da Educação, e que a mesma tinha assumido o compromisso
186 de retirar o amianto do referido edifício até às férias escolares da Pascoa e que uma obra de cerca
187 de cem mil euros, valor que iria ser assumido pelo governo, uma vez que a CIMAL não tinha
188 disponibilidade para pagar a sua contribuição.

189 Disse que a Junta de Freguesia do Torrão, tinha solicitado um transporte para uma visita à
190 Assembleia da República, por parte da Universidade Sénior do Torrão e até agora não tinha havido
191 resposta, concluiu dizendo que era uma falta de respeito por parte do município à Universidade
192 Sénior do Torrão.

193 O Deputado Ricardo Campos referiu as iniciativas que estavam a decorrer, tais como o Mercadinho
194 de Natal, os passeios de barco, a dinamização do Mercado Municipal o que tinha trazido mais
195 pessoas para a rua. Relativamente à intervenção do Deputado Rui Damião chamou a atenção para
196 utilizar a aplicação Alcácer Atenta e elogiou a iniciativa do município em relação a esta aplicação, já
197 que através dela pode-se reportar os mais variados problemas.

198 O Deputado Gonçalo Neto disse que tinha ficado triste com o conteúdo da intervenção do
199 Deputado Jacinto Vinagre, pois tinha tentado minimizar o que tinham feito.

200 Questionou o executivo sobre as dragagens no rio Sado e que informação tinha sobre este assunto
201 que fosse relevante partilhar. Referiu ainda os surtos de E. Coli existentes no rio, que resultavam
202 de descargas de ETAR's que não estavam a funcionar e que acabam por ter um impacto bastante
203 negativo na comunidade piscatória do rio Sado e sugere que o executivo com alguns parceiros
204 consigam perceber a causa e assim evitar problemas futuros.

205 O Deputado referiu ainda a reunião do Presidente da Câmara com a DGRM e informa que não
206 tinha havido nenhuma alteração após essa reunião.

207 A Deputada Luzia Carvalho referiu que recentemente se tinham realizado as Jornadas de
208 Educação com o tema, A Inclusão Digital e que foi bastante importante para a comunidade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

209 educativa e para os pais e assim quis dar os parabéns ao executivo pelo tema abordado e pelos
210 especialistas que tinham participado.

211 A Deputada referiu ainda a receção feita pelo município aos professores, que tinha sido de muito
212 agrado por parte da comunidade educativa. Salientou ainda implementação da compra online das
213 senhas de refeição nos refeitórios escolares.

214 A Deputada Mafalda Panóias disse que várias vezes ligava para a autarquia e pedia para falar com
215 os serviços para a resolução de vários problemas, e que após alguns dias os mesmos são
216 resolvidos e acrescenta que esse é o papel de um munícipe. Relativamente à participação no
217 Programa Saúde Oral para Todos, por parte do município questiona se já tinham sido contactados
218 para tal.

219 A Deputada felicitou ainda o Presidente da Câmara pelo contacto que tinha feito ao INEM e se
220 tinha recebido alguma resposta positiva nesse sentido. Terminou dizendo que continuava sem
221 existir uma passadeira junto à Oficina da Criança.

222 A Deputada Mariana Caixeirinho referiu a intervenção do Deputado Jacinto Vinagre e que a mesma
223 demonstrava falta de democracia e de conhecimento em relação aos seus camaradas.

224 Referiu que tinha estado presente nas Jornadas de Educação e que tinha tido uma qualidade
225 técnica muito boa, no entanto verificou que toda a rede pública de ensino tinha sido convidada, mas
226 as IPSS não tinham sido convidadas. Relativamente aos transportes solicitados para viagens por
227 parte das IPSS, as mesmas não tinham o mesmo tratamento que a rede pública.

228 A Deputada referiu ainda a Rua 5 de Outubro, pois a mesma continuava sem passeio para as
229 crianças poderem circular.

230 O Deputado Manuel Rocha disse que a SIV, era um tema que já tinha sido debatido várias vezes,
231 pela Comissão de Utentes e pelo próprio executivo.

232 A Deputada Ana Helena Carvalho questionou acerca de um cartaz gigante á porta de Alcácer do
233 Sal de uma campanha eleitoral já passada.

234 O Deputado Ricardo Campos disse que utilizava a aplicação Alcácer Atenta para reportar no
235 momento e que iria diretamente aos funcionários responsáveis pela reparação.

236 O Deputado Rui Silva disse que a aplicação referida era uma ferramenta, mas o problema do lixo e
237 do estacionamento abusivo era falta de estratégia, e de incompetência.

238 O Deputado Manuel Rocha referiu o cartaz que se encontrava ao pé da rotunda, referente ao IC1,
239 da parte do Partido Socialista.

240 A Deputada Teresa Castro disse que relativamente ao cartaz, já tinha agido com quem de direito e
241 até agora não tinha havido uma resposta concreta.

242 A Deputado apelou ao executivo no sentido de existirem conversações para se melhorar a rede de
243 transportes de Alcácer do Sal e que os alunos precisam de transportes para se deslocarem para as
244 faculdades, uma vez que não têm dinheiro para alugar quartos.

245 O Deputado José Balona referiu a intervenção do Deputado Rui Damião ao dizer que o Município
246 não tinha organização, nem preceptivas e questiona se o Partido Socialista na altura tinha tido, ao
247 reduzir consideravelmente o estacionamento com o projeto Ruas, ao colocar ecopontos enterrados
248 em frente a restaurantes, ou destruir o plano de mobilidade existente, e assim questiona o
249 Deputado se isso é que organização e estratégia para o futuro.

250 O Deputado concluiu dizendo que as situações que o Deputado Rui Silva trazia constantemente às
251 sessões, eram situações pontuais.

252 O Deputado António Grilo disse que para se introduzirem as normas, teria de se alterar o
253 Regimento, pois o que estava definido no mesmo estava em vigor no órgão, eram sessenta
254 minutos antes da Ordem do Dia, e era para ser cumprido.

255 A Presidente da Assembleia Municipal disse que o propósito da Mesa era trabalharem para a
256 população e que os trabalhos eram dirigidos pela Mesa.

257 A 1ª Secretária da Mesa disse que tinha sido dado aos deputados uma hora distribuída
258 equitativamente, distribuída para todas as bancadas, sem contar com as moções.

259
260 O Presidente da Câmara disse que relativamente à visita da Sra. Secretária de Estado da
261 Educação ao Agrupamento de Escolas do Torrão e de que o Partido Socialista iria tirar o amianto,
262 ora a retirada do mesmo irá ser efetuada pelo Ministério da Educação e não pelo Partido Socialista,
263 e relativamente à questão da CIMAL, a mesma não tinha tomado nenhuma deliberação sobre essa
264 questão e que relativamente às obras da administração central, como é o caso do Agrupamento de
265 Escolas do Torrão, será o Ministério da Educação a custear a retirada do amianto.

266 Relativamente à questão dos transportes por parte da Universidade Sénior do Torrão o Presidente
267 da Câmara disse que o município tinha um valor elevado de pedidos de cedência de transporte,
268 mas as entidades não deveriam de agendar iniciativas sem terem a garantia de haver transporte,
269 ou então as mesmas asseguram esse transporte. Disse que as juntas de freguesia também podem
270 assegurar transporte a uma determinada entidade e que a Junta de Freguesia do Torrão era das
271 que mais se destacava relativamente à cedência de transporte a várias entidades. Concluiu
272 dizendo que o município cedia transporte inclusive à Escola Secundária de Alcácer do Sal e a
273 várias IPSS, não havendo assim discriminações.

274 Em relação à aplicação Alcácer Atenta, o Presidente disse que era uma plataforma que estava ao
275 serviço dos cidadãos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

276 O Presidente da Câmara disse que relativamente a bactéria que estava no rio Sado, iria reunir com
277 as entidades competentes para tentar solucionar essa questão, relativamente aos animais mortos
278 disse que era uma situação que estavam a resolver, mas o grande problema para a imagem de
279 Alcácer do Sal, tinha a ver com degradação dos edifícios, pois existiam proprietários que tinham
280 condições económicas para a reabilitação, e que não o faziam, a Câmara estava a fornecer
281 elementos do ponto de vista de benefícios fiscais como nunca houve para a reabilitação.

282 Relativamente à viatura SIV, o Presidente da Câmara disse que existia uma viatura do INEM ao
283 serviço de todos, mas que era responsabilidade da Associação Humanitária de Bombeiros de
284 Alcácer do Sal, e que neste momento a ausência da viatura SIV, estava a subcarregar os
285 bombeiros de Alcácer do Sal e do Torrão.

286 A Vereadora Ana Luísa Soares disse que relativamente à casinha de passageiros em Albergaria,
287 alguém tinha cortado a estrutura metálica e tinha-a retirado e colocado num outro espaço e assim
288 iriam tentar uma nova localização num local público, uma vez que se encontrava num terreno
289 privado.

290 O Vereador Manuel Vítor disse que o programa Saúde Oral para Todos, era um projeto ministerial,
291 mas sempre que os agrupamentos de escolas têm pedido apoio à Câmara, nomeadamente nos
292 transportes o município tem cedido, mas neste momento não existiam pedidos de apoio.
293 Relativamente ao Fórum Inclusão Digital a organização foi feita pela câmara municipal com a
294 colaboração dos agrupamentos de escolas e as inscrições foram abertas a todos sem exceção.

295 O Vereador Nuno Pestana disse que relativamente à intervenção feita pelo Presidente da Junta de
296 Freguesia do Torrão, em que se tinha faltado ao respeito à Universidade Sénior do Torrão, não era
297 verdade porque desde que haja disponibilidade, o transporte tem sido sempre cedido, e em caso
298 de não existir essa disponibilidade a Junta de Freguesia pode assegurar esse serviço, tal outras
299 Juntas de Freguesia o fazem.

300 Relativamente aos transportes para as crianças, o Vereador disse que os pedidos eram muitos, e
301 que o município não tinha capacidade de responder afirmativamente a todos os pedidos e a
302 Deputada Mariana Caixeirinho tinha feito a comparação entre a Oficina da Criança e o Universo da
303 Brincadeira, mas não se podia comparar uma resposta social da câmara municipal, com uma IPSS,
304 concluiu dizendo que o Universo das Artes tinha feito uma solicitação de transporte ao município
305 para o próximo dia 28 de dezembro e tinha sido cedido.

306

307 **ORDEM DO DIA** _____

308

309 *01 – Análise e conhecimento da informação referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento*
310 *2019 da CIMAL (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral);*



311 A Informação foi apresentada pela Presidente da Assembleia.

312 **Intervenções:**

313 O Deputado António Grilo pediu que o Presidente da Câmara desse mais informações
314 relativamente ao Centro de Recolha de Animais que ficará localizado em Santiago do Cacém e
315 como é que vai ser operacionalizado.

316 O Presidente da Câmara disse que o documento tinha sido aprovado com uma abstenção, sendo a
317 proposta por unanimidades pelos cinco presidentes de câmara.

318 Relativamente à questão do canil municipal disse que tinham realizado uma reunião com todas a
319 associações de defesa de animais que estão no Litoral Alentejano e no final os membros das
320 associações tinham considerado que não estavam até ali devidamente informados sobre a ideia do
321 canil municipal e com a reunião tinham ficado esclarecidos. A proposta inicial tinha partido dos
322 presidentes da Câmara Municipal de Sines e da Câmara Municipal de Grândola e tendo em conta
323 alguns financiamentos, teria de existir um canil que ficasse geograficamente a meio caminho e que
324 fosse top do ponto de vista do tratamento dos animais, com assistência veterinária adequada, com
325 capacidade para operar e simultaneamente não diminuiria a responsabilidade dos municípios em
326 matéria de canis municipais que pudessem ter.

327 **Tomado Conhecimento.**

328 A Informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
329 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

330

331 ***02 – Análise e votação da proposta referente às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de***
332 ***Investimentos – PPI e Atividades Mais Relevantes – AMR) e orçamento para o ano de 2019;***
333 ***(documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 25/10/2018)***

334 A proposta foi apresentada pela Presidente da Assembleia.

335 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

336 **Intervenções:**

337 O Deputado Serafim Inocêncio referiu o Plano Municipal de Combate ao Insucesso Escolar e que
338 em GOP estava definido, vinte mil euros em relação a pareceres, projetos e consultadoria, mas
339 este este valor tinha aumentado em quase vinte mil euros para o ano de 2019 e questiona o porquê
340 desse aumento.

341 O Deputado Gonçalo Neto referiu o empolamento do orçamento apesar deste também se verificar
342 em executivos do Partido Socialista, e no último ano o empolamento era de cerca de mais de um
343 milhão, aproximando-o mais da realidade, mas com este executivo o empolamento vem vindo a
344 aumentar, sendo que neste ultimo orçamento atinge números exagerados e desnecessários.
345 Referiu a intervenção do Deputado José Balona, nomeadamente à redução de estacionamento e

346 assim questionou o executivo acerca das medidas para combater o problema da falta de
347 estacionamento, que o orçamento contempla.

348 O Deputado António Grilo disse que o orçamento vinha no alinhamento dos anteriores, segundo as
349 palavras do Presidente da Câmara, ou seja é um orçamento empolado e pouco transparente. Pois
350 quando o município decide retirar a um município, parte dos seus recursos, tem de demonstrar que
351 está aplicar bem, que não está a aplicar em investimentos que não tenham benefícios para as
352 populações, não pode passar por uma mera distribuição de verbas por rubricas, um orçamento
353 municipal tem de evidenciar de forma clara as políticas sociais e não o fazendo fica-se na dúvida se
354 efetivamente as mesmas existirão. Disse que era um orçamento que não era transparente e que
355 não era tarde para o Presidente da Câmara incorporar na sua matriz de gestor público o princípio
356 elementar da transparência na gestão da coisa pública, os orçamentos aqui apresentado poderão
357 contribuir para colocar em causa um dos princípios elementares da gestão pública que é
358 solidariedade inter geracional, ou seja não se pode comprometer hoje os recursos que vão ser
359 necessários para que possa existir opção no futuro. Hoje o orçamento poderia ser equilibrado com
360 base no trabalho que outros fizeram no passado, mas se se continuar neste registo, num futuro
361 próximo iremos ter um desequilíbrio orçamental.

362 A Deputada Mafalda Panoias referiu o valor que se iria gastar com as Aguas do Alentejo, e que era
363 um valor muito alto, então deveria de se pensar em negociar esse valor.

364 O Deputado José Balona mencionou a atitude do Deputado Serafim Inocêncio que após ter sido
365 alertado que tinha ultrapassado o limite de tempo na sua intervenção, concluiu a mesma.

366 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que a ETAR de Foros de Albergaria não estava contemplada
367 no orçamento e que tinha de existir uma preocupação do executivo para resolver a situação, pois a
368 vedação que tinha sido feita não era a mais indicada. Referiu que o orçamento era de uma ambição
369 a longo prazo, pois estava perspetivado para o ano de 2021 e que acaba por contemplar apenas a
370 cidade, o Torrão, a Carrasqueira e o Bairro do Forno da Cal, e os outros locais do concelho não
371 tinham sido contemplados.

372 O Deputado António Grilo disse que o documento transcrevia os sete objetivos do orçamento, a
373 melhoria dos serviços municipais, garantia do acesso à educação e saúde, melhoria do
374 ordenamento habitação e segurança pública, a garantia dos abastecimentos coletivos e ambiente,
375 dinamização da cultura, desporto e tempos livres, beneficiação do tecido económico e suporte das
376 atividades supra municipais e operações financeiras, assim têm-se como prioridades para o ano de
377 2019 a componente do abastecimento coletivo e ambiente e a beneficiação do tecido económico.
378 Sendo que as ações concretas são o inicio da obra de reconversão urbanística da zona ribeirinha
379 nascente, com impacto direto no tecido económico, o inicio da obra relativa ao interface de
380 transportes da ribeirinha nascente, inicio da obra referente ao plano de mobilidade do Torrão

381 programado para o ultimo trimestre de 2019, inicio da obra da zona envolvente ao cais Palafítico da
382 Carrasqueira, no último trimestre de 2019, a reconversão das infraestruturas de Foros de
383 Albergaria e as tradicionais feiras da área do município, assim estas serão as obras que irão
384 alavancar o tecido económico. Terminou questionando sobre a estratégia cultural do nosso
385 município e quais as políticas que se prevê desenvolver nesse domínio e a estratégia em relação
386 ao turismo e as políticas que prevê desenvolver, e a estratégia municipal ao nível do apoio social e
387 se existe alguma estratégia para fixar pessoas no território.

388 A Deputada Ana Maria Guerreiro questionou sobre o cabimento da retirada do amianto do Mercado
389 Municipal do Torrão e a colocação de uma nova cobertura e a verba que será atribuída à recriação
390 histórica no Torrão.

391 A Deputada Luzia Carvalho disse que a preparação de um orçamento, era de natureza política,
392 pois ele refletia o que eram os objetivos e o que eram os programas políticos de cada executivo. A
393 leitura que os deputados tinham feito anteriormente, dava a ideia de que era um orçamento mau,
394 mas o que era mau de facto, era o governo não ter acabado com o FAM, para financiar autarquias
395 que tinha entrado em incumprimento, e que se tinha endividado de forma excessiva, o governo não
396 continuar a cumprir a Lei das Finanças Locais e com a leitura do orçamento de estado, percebe-se
397 que será retirado às autarquias cerca de dezoito milhões de euros e isto sim é que era mau. O
398 orçamento irá continuar a manter o apoio à educação, às coletividades, às IPSS, continuar a
399 investir nos equipamentos municipais, viaturas operativas e não era mau projetar os investimentos
400 plurianualmente, e sim isto é que era ter estratégia e visão de futuro.

401 O Presidente da Câmara disse que no Programa do Combate ao Insucesso Escolar, a questão da
402 rubrica, estudos e consultadoria, era um plano que globalmente tinha financiamento comunitário e
403 que a qualquer momento se possa ter apoio de entidades, que ajudem a concretizar melhor as
404 respostas que pretendem dar.

405 Relativamente à questão do empolamento do orçamento é uma matéria que não se tem
406 conseguido reduzir a níveis satisfatórios, no passado também tinha existido empolamentos com os
407 orçamentos. No relatório do ROC que virá à Assembleia Municipal, relativo ao 1º semestre de
408 2018, não deixará de mencionar esse fator, mas dirá que o orçamento encontra-se em equilíbrio e
409 isto sim é o que é importante. Ir-se-á tentar a máxima concretização possível relativamente à
410 execução do orçamento.

411 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

412 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS, 1**
413 **abstenção da Coligação “Viver Alcácer” e 1 abstenção do BE.**

414 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
415 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

416 O Deputado Rui Silva leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como
417 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

418 O Deputado José Balona leu uma Declaração de Voto da Bancada da CDU, que aqui se dá como
419 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

420

421 **03** – Análise e conhecimento da proposta referente à alteração do Plano Diretor Municipal de
422 Alcácer do Sal por adaptação; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 22/11/2018)

423 A Informação foi apresentada pelo Vereador Manuel Vítor.

424 **Intervenções:**

425 O Deputado António Grilo questionou sobre a fundamentação que tinha havido, para colocar um
426 caminho privado no PDM, pois tecnicamente o mesmo não poderia lá estar e obviamente irá haver
427 prejuízo para o município, com as custas do processo. E eventualmente poderão existir dentro do
428 PDM muitas situações semelhantes a esta, questionou ainda se existia um cadastro real e
429 atualizado dos caminhos municipais.

430 O Deputado Gonçalo Neto questionou sobre o conhecimento da decisão final do processo.

431 O Deputado Serafim Inocêncio disse que não compreendia porque é que esse caminho tinha sido
432 colocado estrategicamente no PDM.

433 O Vereador Manuel Vítor disse que a Câmara não tinha nenhum caminho classificado, sendo que
434 assim não era possível defende-los e todos tinham conhecimento que existia uma grande
435 apetência para o encerramento de caminhos por vários fatores e também existia uma grande
436 propensão para os juízes acederem ao encerramento de caminhos e verificar quais são as
437 melhores alternativas.

438 O Vereador disse que tinham chegado a um acordo, porque quando a Juíza tinha estado no terreno
439 e em conversações com os advogados de ambas as partes tinha deixado saber qual seria a
440 decisão, daí se ter chegado a este acordo e não havendo acordo a sentença seria desfavorável à
441 Câmara, ou seja como era um caminho privado seria fechado e com o acordo iria manter-se aberto
442 durante o dia.

443 O Deputado Filomeno Braz questionou o porquê da Sociedade Agrícola ter aceitado o acordo com
444 o município, uma vez que a sentença lhes era favorável.

445 **Tomado Conhecimento.**

446 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
447 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

448

449 A Presidente da Assembleia informou que era meia-noite e assim colocou a votação a continuidade
450 da sessão. Dada a aprovação a sessão continuou.

451 **04** – Análise e votação da proposta referente à alteração da Operação de Reabilitação Urbana
452 Simples da área de reabilitação urbana do Centro Histórico de Alcácer do Sal; (documento aprovado na
453 reunião de Câmara realizada no dia 22/11/2018)

454 A Proposta foi apresentada pelo Vereador Manuel Vítor.

455 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

456 **Intervenções:**

457 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão questionou se a ARU do Torrão também estava
458 incluída.

459 O Vereador Manuel Vítor disse que não estava incluída porque no Torrão ainda não estava o ORU.

460 O Deputado António Grilo disse que apoiavam os incentivos no que era a mancha da ARU e tudo o
461 que possa beneficiar ou incentivar os proprietários para que se mobilizem na recuperação do
462 património e assim iriam votar favoravelmente a proposta.

463 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que era uma boa medida só pecava mesmo por ser tardia e
464 questionou se existiam medidas para salvaguardar prédios do interesse público.

465 O Presidente da Câmara disse que era uma estratégia de reabilitação urbana, sendo que os
466 benefícios fiscais era uma oportunidade que o município dava aos particulares para reabilitarem os
467 seus edifícios.

468 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

469 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

470 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
471 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

472

473 **05** – Análise e votação da proposta referente à proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal
474 de Alcácer do Sal – para o ano de 2019; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no
475 dia 25/10/2018)

476 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a discussão.

477 **Intervenções:**

478 O Deputado Serafim Inocêncio disse que esperava que no ano de 2019, não houvesse tantas
479 alterações ao mapa de pessoal como em 2018, acrescentou ainda que o mapa de pessoal para o
480 ano de 2019 deveria ser redimensionado à realidade do concelho e à sua capacidade financeira e
481 estava preocupado com o aumento, que ocorreu nos últimos cinco anos de técnicos superiores e
482 assim questionou até como munícipe se existe uma boa gestão da despesa com a gestão de
483 pessoal, pois a despesa com o pessoal é quase cinquenta e três por cento.

484 O Deputado António Grilo disse que o mapa de pessoal iria ter um impacto brutal nos futuros
485 orçamentos da autarquia e num futuro próximo irá existir a necessidade de se cobrar mais taxas e
486 impostos aos munícipes e paralelamente a esta situação continuam as avenças.

487 O Presidente da Câmara referiu que o mapa de pessoal tinha flexibilidade, pois eram valores
488 indicativos que davam cobertura às necessidades da autarquia, salientou que a média de idades
489 dos funcionários era muito elevada e que existiam mecanismos de reforma antecipada que eram
490 sugestivos para esses trabalhadores.

491 O Presidente salientou que a autarquia tinha de ter grande capacidade técnica devido às várias
492 necessidades que surgiam, tanto a nível de projeto como em outras áreas.

493 Concluiu dizendo que existiam muitas pessoas a entrar mas que existiam muito mais pessoas a
494 sair e que as contas estavam equilibradas, sendo que isso era o fundamental.

495 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

496 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS, 1 voto a
497 favor da Coligação "Viver Alcácer" e 1 abstenção do BE.**

498 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
499 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

500

501 **06 - Análise e conhecimento da informação referente ao relatório de atividades.**

502 **Intervenções:**

503 O Deputado António Grilo referiu que o apêndice de processos judiciais, onde estavam
504 identificados titulares e valores de ações e que poderia estar a violar a lei da proteção de dados.

505 O Presidente da Câmara disse que era uma questão que iria ser analisada por Gabinete Jurídico.

506 **Tomado Conhecimento.**

507

508 **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

509 O munícipe António Balona cumprimentou os presentes e disse que algumas intervenções feitas
510 não eram apelativas, para que a populações assistisse às Assembleia Municipais. Pois após uma
511 intervenção feita, foi pedida a Defesa da Honra, mas quem deveria ter pedido deveria ter sido os
512 eleitos do Município, pois tinha havido um extravasar de opiniões políticas relativamente ao que se
513 estava a discutir. Concluiu dizendo que existiam intervenções quase ofensivas.

514 O munícipe Hortênsio de Sousa cumprimentou os presentes e deu os parabéns ao executivo pela
515 conclusão da obra de iluminação da Barrosinha, referiu ainda a sujidade no interior da Avenida dos
516 Aviadores e solicitou a limpeza da mesma, mais que uma vez por semana. Relativamente ao
517 Museu Pedro Nunes questionou a data da sua abertura.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

518 O Presidente da Câmara disse que a Avenida dos Aviadores era limpa com regularidade, mas com
519 a entrada de novos funcionários, que iriam entrar para a equipa de Higiene e Limpeza, essa
520 situação que iria ficar resolvida.

521 Relativamente ao Museu Pedro Nunes o Presidente da Câmara disse que era uma obra delicada e
522 muito complexa e que era uma obra há muito reivindicada pela população, neste momento estava a
523 ser preparado todo o equipamento museológico e de museografia do museu e que em data
524 oportuna informaria a data da sua abertura.

525

526 Antes de dar por terminado os trabalhos a Presidente da Assembleia dirigiu-se ao Plenário fazendo
527 a leitura da mensagem de Natal da Mesa da Assembleia.

528

529

530 APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES _____

531 A Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia, a aprovação da minuta da ata,
532 tendo a mesma sido aprovada, por Unanimidade, produzindo efeitos imediatos.

533 A referida minuta fará parte integrante da presente ata.

534

535 ENCERRAMENTO DA SESSÃO _____

536 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pela uma
537 hora do dia quinze de dezembro do ano dois mil e dezoito. Eu, Dina do Carmo Prego Semião
538 Sardo, assistente técnica, redigi a presente ata, que assino com a Presidente da Mesa da
539 Assembleia Municipal.

540

541

542

543 A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

544 

545

546

A ASSISTENTE TÉCNICA

547

548





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTO DE PESAR

Manuel Baião

É já com saudade que Alcácer do Sal se despede de Manuel Baião, conhecido por todos os alcacerenses por Lico Baião, recentemente falecido, pintor de profissão, excelente colega e profissional, funcionário do município, homem de família, com um amor e devoção á sua querida Alcácer do Sal, que o inspirou a criar lindas músicas e poemas, que tantas vezes cantou, pois a música era a sua paixão, sempre com a mesma alegria com que vivia a sua vida.

Sempre pronto para emprestar a sua voz e talento, desde novo que animou bailes e festas, grupos de amigos, integrando variadíssimos grupos musicais alcacerenses.

As suas actuações, a sua boa disposição a sua amizade, ficarão sempre na memória e no coração de todos os alcacerenses, que o lembrarão com saudade.

Neste momento de tristeza, os deputados municipais do PS associam-se ao luto e enviam a todos os amigos, e principalmente, à família enlutada, o voto de pesar pelo seu falecimento, propondo-se um minuto de silêncio em sua memória.

Alcácer do Sal, 14 de dezembro de 2018

O Grupo Municipal do PS da Assembleia Municipal

A enviar: À família, à Comunicação Social (entre os quais, Boletim Municipal, Jornal Voz do Sado e RDS-Rádio).

Voto de Pesar

Manuel Augusto Pucarinho Baião, “ *O Lico Baião* “, como todos conheciam e recordam o homem simples, cidadão da nossa terra e que desde a EMSUAS à Câmara Municipal, serviu este Concelho, como funcionário.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em Sessão Ordinária a 14 de Dezembro de 2018, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Augusto Pucarinho Baião e propõe que, do mesmo seja dado conhecimento á sua família.

Alcácer do Sal, 14 de Dezembro de 2018

Os eleitos da CDU

MOÇÃO

Mocção A
Aprovada por unanimidade

Melhorar as nossas Estradas Nacionais

Trazer de volta a Alcácer do Sal o comboio de passageiros

As acessibilidades rodo e ferroviárias constituem um fator muito importante para as populações e para a promoção económica de Alcácer do Sal, o 2º maior município do país em área geográfica.

Ter bons e melhores acessos servirá a segurança dos cidadãos e tornará mais perto o que hoje é mais difícil.

Decorrente da luta das populações, da Comissão de Utentes do Litoral Alentejano e do empenho das autarquias locais do Concelho, conseguimos, a custo, a reparação do IC-1 entre Alcácer e Grândola cujas obras estão na sua fase inicial.

Igualmente, e decorrente da ação da Câmara Municipal, conseguiu-se que a “infraestruturas de Portugal” reparasse grande parte da EN 253 que liga Comporta, e outras localidades, a Alcácer.

Contudo subsistem problemas e atrasos que entendemos serem necessários corrigir.

Deste modo, reunida em 14/12/2018, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal delibera solicitar ao Ministro das Infraestruturas e Planeamento o seguinte:

1. Reparação da EN5-2 entre Torrão e Alcácer do Sal, ao nível do corte de raízes, reparação das bermas, reparação do pavimento e melhoramento na sinalização horizontal e vertical.
2. Retomar o comboio de passageiros na linha do Sado de modo a incluir Alcácer do Sal. Trata-se de uma intervenção estruturante que exige da administração central a consideração do comboio de passageiros como fator de atração de turistas, e melhoria da mobilidade dos cidadãos. Em Contraciclo com o resto da União Europeia, que está a investir no comboio de passageiros com ótimos resultados, também em Alcácer do Sal, o Alentejo e o interior do país necessitam que se insista neste modo de transportes em prol da descarbonização e da diminuição do modo rodoviário.

Alcácer do Sal, 14 de dezembro 2018

Enviar para o Ministro das Infraestruturas e Planeamento, com conhecimento à Presidência da República, Assembleia da República, Assembleias Municipais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do Litoral Alentejano, CIMAL.

Aprovada por unanimidade

Moção

Acesso à Saúde no Litoral Alentejano - É urgente e necessário agir!

Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Membros do Executivo, caros deputados e deputadas, estamos, cada vez mais, perante uma situação que justifica a maior atenção e preocupação no que se refere ao acesso às condições de cuidados de saúde em todo o Litoral Alentejano.

No seguimento de anteriores posições tomadas pelos Deputados da CDU, por autarcas, pelas Comissões de Utentes, e pelas diversas ações de luta tidas pelos cidadãos e utentes, face à atuação do Governo e da Administração da ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano. Somos, de novo, a reforçar a nossa posição de repúdio pelo prosseguimento das medidas depauperadoras num serviço que se quer de qualidade e público, consagrado como um direito universal e fundamental no apoio a todos os cidadãos.

Hoje, mais uma vez denunciámos a grave situação da saúde na nossa região, sustentada por diversas queixas que são manifestadas pelos utentes.

Ao nível do acesso aos cuidados de saúde no HLA – Hospital Litoral Alentejano, os tempos de espera para as consultas são inadmissíveis. Regista-se um aumento de Utentes em espera para uma Consulta ou para Cirurgia. Os atrasos registados em consultas de diversas especialidades, colocam em risco a vida de utentes, ou a perda de órgãos, nomeadamente, Utentes oncológicos, sendo que para estes doentes, existem cirurgias extra para casos oncológicos malignos, só oncológicos benignos;

Existem cirurgias canceladas á alguns meses, em ginecologia e otorrinolaringologia e há cerca de dois anos que se agravou a situação na especialidade de Urologia.

Foi admitido pelo Conselho de Administração de que existe uma grande falta de profissionais, das mais diversas profissões:

- Médicos;
- Enfermeiros;
- Assistentes Operacionais;
- Assistentes Técnicos;
- Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica;
- Técnicos Superiores de Saúde;

Ainda ao nível dos profissionais, desde o pessoal auxiliar e administrativo aos profissionais de saúde, todos eles, acusam um desgaste que se deve às condições de trabalho difíceis com que se defrontam no dia-a-dia, sendo de louvar a sua resistência e dever de missão em prol de algo tão importante como o bem-estar de todos.

Identificados alguns dos diversos problemas da saúde na nossa região, os Deputados da CDU, propõem e subscrevem um conjunto de medidas mais relevantes inseparáveis das propostas apresentadas pelo PCP aprovadas no âmbito da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019.

- *Contratação URGENTE de Médicos(as), Enfermeiros(as), Assistentes Técnicos(as), Assistentes Operacionais, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, entre outros(as). Referimo-nos a uma contratação para o SNS em substituição da subcontratação de empresas, integrando-os nas carreiras e com vínculo à função pública para assegurar o funcionamento adequado dos serviços públicos de saúde.*
- *Redução do número de Utentes por cada Médico(a) de Família de 1900 para 1500 Utentes;*
- *Cumprimento integral dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos nas Cirurgias e nas Consultas;*
- *Reparação e Construção de Extensões de Saúde;*



- *Reabertura de Extensões de Saúde;*
- *Fim das Parcerias Público Privadas e terminar com o recurso a Empresas de Trabalho Temporário para a Contratação de Profissionais.*
- *Dotação de Unidade Móvel de Saúde no Centro de Saúde de Alcácer do Sal;*
- *Dotação da Ambulância de Suporte Básico de Vida no Serviço de Urgência Básica do Centro de Saúde de Alcácer do Sal;*
- *Reforço do Plano Nacional de Vacinação;*
- *Reforço de Equipas Comunitárias de Cuidados Paliativos, alargando a prestação de Cuidados Paliativos nos Cuidados de Saúde Primários em todo o território através da criação de equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos. Garante-se assim a permanência do doente em fim de vida no seu ambiente comunitário e familiar;*
- *Decretar de imediato o aumento para 30% da quota dos medicamentos genéricos em valor beneficiam os utentes e o Serviço Nacional de Saúde. Os doentes conseguem diminuir os custos com a medicação e melhorar a adesão terapêutica, o SNS porque são otimizados os recursos públicos;*

Os Deputados da CDU, exigem do Governo um serviço de saúde/serviço de urgência com qualidade, com mais recursos, com mais capacidade de resposta, com mais dignidade e que se resolvam urgentemente os problemas de saúde desta região.

Reforçam a defesa dum Serviço Nacional de Saúde Público, tendencialmente gratuito e ao serviço do cidadão, sob a tutela e gestão do Estado, um serviço de qualidade e para todos, independentemente da etnia, credo ou religião, território e estatuto económico-social.

Confiança na luta que, hoje e sempre, faremos na defesa daquele que é o nosso sistema universal de saúde, um sistema de todos e para todos.

Os Deputados da CDU – 14.12.2018

Esta Moção será enviada ao Presidente da Assembleia da República, Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Conselho de Administração da ULSLA, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Comunicação Social

Assunto: FW: DCSP, ULSLA, realização de TAC/ECO

De: Secretaria GAP <secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt>

Data: 14-12-2018, 11:15

Para: Assembleia Municipal <a.municipal@m-alcacerdosal.pt>

De: Vitor Proença

Enviado: sexta-feira, 14 de Dezembro de 2018 9:44

Para: Secretaria GAP

Assunto: FW: DCSP, ULSLA, realização de TAC/ECO

registar s.f.f.

De: Alexandre Tomás [alexandre.tomas@ulsla.min-saude.pt]

Enviado: quinta-feira, 13 de Dezembro de 2018 21:15

Para: Maria Antonia Mendes; Vitor Proença

Cc: Departamento de Cuidados de Saúde Primários; Carlos Jorge Picarra Laginha; Inocencia Jose Bigotes Reguengo; Secretariado do Conselho de Administração

Assunto: DCSP, ULSLA, realização de TAC/ECO

Estimada Sr^a Maria Antónia Mendes
Presidente da Assembleia Municipal
Alcácer do Sal

Estimado Sr. Dr. Vitor Proença
Presidente da Câmara Municipal
Alcácer do Sal

Venho por este meio informar que o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, deliberou aprovar a proposta apresentada pelo Diretor do Departamento de Cuidados de Saúde Primários, por forma a permitir que os municípios do concelho de Alcácer do Sal possam realizar meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), concretamente tomografias axiais computadorizadas (TAC) e ecografias, em unidades convencionadas com o Serviço Nacional de Saúde.

Com esta deliberação, os utentes não ficam condicionados a realizar esses exames no Hospital do Litoral Alentejano, podendo selecionar, se assim o entenderem, um outro prestador cuja localização geográfica lhes seja mais conveniente, e consequentemente reduzam os custos associados à respetiva deslocação.

Reitero o meu interesse e disponibilidade para acolher propostas de melhoria de funcionamento dos serviços de saúde que os cidadãos pretendam apresentar, lamentando que, por compromissos familiares, não me seja possível participar na próxima sessão ordinária agendada para amanhã, dia 14 de dezembro.

Na expectativa de manutenção da nossa profícua relação institucional, subscrevo-me com consideração



Com os melhores cumprimentos,

Alexandre Tomás

Diretor de Departamento | Departamento de Cuidados de Saúde Primários | Centro de Saúde de Alcácer do Sal



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO, EPE

Sede | Monte do Gilbardino | 7540 - 230 Santiago do Cacém

Tlm: 962 814 601 | Tel: +351 265 610 500 | Fax: +351 265 610 541

www.ulsla.min-saude.pt

PENSE ANTES DE IMPRIMIR



De: Maria Antonia Mendes [mailto:toia.mendes@hotmail.com]

Enviada: 23 de julho de 2018 23:18

Para: Alexandre Tomás <alexandre.tomas@ulsla.min-saude.pt>

Assunto: Re: DCSP, ULSLA, mail de contacto

Exmº Senhor Dr.Alexandre Tomás.

Agradeço reconhecida o mail que fez o favor de me enviar. Também agradeço a forma amável com que me recebeu. Fico profundamente grata, pela sensibilidade que demonstrou, durante a nossa conversa, em procurar soluções que visem beneficiar a população deste Concelho.

Os meus agradecimentos, não só como utente do Centro de Saúde, mas também em nome da população deste Concelho, na minha qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.

Com os meus respeitosos cumprimentos.

Maria Antónia Mendes

De: Alexandre Tomás <alexandre.tomas@ulsla.min-saude.pt>

Enviado: 20 de julho de 2018 10:40

Para: toia.mendes@hotmail.com

Cc: Inocencia Jose Bigotes Reguengo

Assunto: DCSP, ULSLA, mail de contacto

Estimada Srª Presidente
Assembleia Municipal
Alcácer do Sal

Na sequência da nossa reunião de hoje, venho por este meio informar que já solicitei informação sobre



Ex.mª Srª

Presidente da Assembleia Municipal

O Grupo Municipal do PS, na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, nos termos do Artigo 61.º, alínea d) da Secção III do Regimento da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, apresenta:

Declaração de Protesto

Na Assembleia Ordinária de 28 de junho de 2018, foi definido pela Mesa da Assembleia Municipal, que no período antes da ordem do dia, iria ser aplicado o **método Hondt**, e que cada força política passaria a ter um tempo de intervenção, distribuído da seguinte forma: CDU – 35 minutos; PS – 21 minutos; Coligação “Viver Alcácer” – 2 minutos e BE – 2 minutos, e que a gestão do tempo era efetuada pelos líderes de bancada.

Mas, o Regimento no seu **Artigo 19.º (período antes da ordem do dia)**, tem uma série de procedimentos, desde a leitura da ata, expediente, moções, assuntos, interpelação ao executivo e intervenção do executivo em resposta à interpelação, e que este período “**Antes da Ordem do Dia**”, terá a duração máxima no total de todos os procedimentos de **sessenta minutos**, e cada deputado, não poderá usar da palavra por tempo superior a três minutos por assunto.

Assim, depois da “decisão”, anteriormente apresentada, o que não passou de uma mera intenção (não regimentada), ou seja, assente no incumprimento do Regimento em vigor, uma vez que nada está definido nos termos apresentados, o grupo Municipal do PS, constatou que, no período “**Antes da ordem do dia**”, nas últimas reuniões desta assembleia, mais especificamente, na reunião do dia 28 de junho de 2018, foi ultrapassado significativamente, o que está definido no regimento, uma vez que o debate durou quase duas horas neste ponto da ordem de trabalhos, não é que não fosse profícuo, mas só o Sr.º Presidente da Câmara, utilizou cerca de 42 minutos desse tempo disponível. Já na segunda reunião do dia 28 de setembro de 2018, na interpelação ao



executivo, a Mesa dessa Assembleia, voltou a chamar a atenção o Grupo Municipal do PS para o cumprimento do tempo disponível para a sua intervenção, uma vez que a mesa tinha estipulado 60 minutos para se debater os assuntos. Sem mais, o Grupo Municipal do PS abandonou os trabalhos da sessão sob a forma de protesto.

Na nossa opinião, e se a Sr.^a Presidente entender que esta é a melhor solução para gerir este ponto da ordem de trabalhos, então terá que sugerir uma alteração ao Regimento desta Assembleia, nomeadamente na **alteração do tempo** – 60 minutos - “Antes da Ordem do Dia”, e/ou nas **regras do uso da palavra** no período “Antes da Ordem do Dia”, Artigo 24.º, ponto 1, uma vez que está definido que cabe à Sr.^a Presidente definir, **equitativamente** o tempo de intervenção de cada orador inscrito, em função do número destes, mas nunca excedendo os três minutos, gerindo os tempos em função das intervenções.

Face ao exposto, podemos concluir que a Mesa da Assembleia Municipal e a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal violaram as normas legais regimentadas para esta Assembleia, no que concerne aos factos atrás relatados. Facto agravado por tal comportamento ser reiterado, visto que, nas duas últimas sessões da Assembleia Municipal o comportamento contra as normas regimentadas, por parte da Sr.^a Presidente, ter sido violador do Art.º 19 e Art.º 24, do Regimento desta Assembleia Municipal. É também de realçar que, nas últimas sessões, o Grupo Municipal do PS recomendou que V.^a Ex.^a refletisse sobre o assunto e procedesse com rigor no exercício das suas funções, em termos regimentais, há legalidade do ato.

Nestes termos e face ao exposto, o Grupo Municipal do PS, apresenta esta declaração de protesto contra a Presidente e Mesa da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, uma vez que a ação reiterada da violação das normas legais instituídas, em termos de regimento de funcionamento desta Assembleia Municipal, ao longo das últimas sessões, são ações que consideramos de desrespeito à dignidade deste órgão.

O Grupo Municipal do PS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DE VOTO

Grandes Opções do Plano para o ano de 2019

O planeamento e a programação de todas as atividades do município são traduzidos na elaboração das opções do plano e do orçamento, ou seja, representam não só o cumprimento de um imperativo legal, como é referido no seu preâmbulo, como também a necessidade de priorizar necessidades face aos recursos disponíveis, ou seja, evidencia de forma previsional a execução de um plano que deverá garantir a concretização das estratégias e políticas definidas pelo executivo municipal.

Após a análise detalhada do documento "Grandes Opções do Plano e Orçamento – 2019", apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Grupo Municipal do PS, considera que a maior parte dos grandes projetos anunciados poderão mesmo nem ser iniciados em 2019 o que significa que se anuncia um conjunto de investimentos significativos que irão começar na parte que é meramente indicativa em 2020, para concluir em 2021, por isso, consideramos que este orçamento vem na linha dos anteriores Planos e Orçamentos.

Por outro lado, constata-se que o orçamento de 2019, corresponde a um dos orçamentos mais elevados tendo em conta uma execução previsível para o final de 2018, bastante baixa, comparativamente com o orçamentado, por isso, não se entende que continue a existir um grande empolamento relativamente à realidade expectável e que se irá traduzir em mais de 8 milhões de euros em 2019.

Esta proposta de Orçamento deixa bem explícita a estratégia do executivo CDU, onde a materialização das ações é valorizada pelo impacto financeiro que têm no orçamento e não pela convergência e sustentabilidade estratégica que poderão ter na vida das pessoas e do próprio território.

O orçamento de cerca de 28,5 milhões de euros proposto, coloca no primeiro lugar do pódio "os números" mas deixa para trás "as pessoas" e "o território", o concelho de Alcácer do Sal precisa de estratégias e políticas que satisfaçam as necessidades das suas populações e potenciem o território, e aí o vazio é grande. Estamos perante um orçamento vazio na inovação, um orçamento vazio nas estratégias, um orçamento vazio no fazer mais e melhor pelas pessoas.

Assim, consideramos que, no futuro e para bem do nosso concelho, o documento previsional a apresentar, seja um documento repleto de certezas quanto ao futuro, e que revele novos caminhos perante as incertezas na sua execução orçamental.

Estes são, em síntese, por todas as razões referidas, os fundamentos para o Grupo Municipal do PS votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019.

Alcácer do Sal, 14 de dezembro de 2018

O Grupo Municipal do PS

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DA CDU

NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal, para o ano de 2019, apresentados pelo Executivo Municipal a esta Assembleia definem os objetivos e projetos definidos pela CDU, desde a sua vitória eleitoral em 2013, num novo ciclo que abre melhores perspetivas para o desenvolvimento e modernização do nosso município, das suas populações e seu património.

O próximo ano de 2019 vai chegar com as mesmas dificuldades para os municípios em que com a nova Lei das Finanças Locais, o governo volta a não transferir-nos as verbas que temos direito, 18 milhões de euros a menos a nível nacional. Apesar dos constrangimentos o Município conseguiu melhorar bastante a situação financeira do Município, em que se continuou a não ter pagamentos em atraso desde 2014, reduziu-se o endividamento para valores pouco significativos, a par da obra feita e obra em curso.

Passado um ano, deste novo mandato, o executivo CDU demonstrou, diariamente, o trabalho e a competência para fazer de Alcácer do Sal um concelho cada vez mais reconhecido e valorizado, como se pode comprovar tanto pelas obras já realizadas, como pelas grandes obras e investimentos previstos no orçamento agora apresentado e votado, de onde podemos destacar:

- Novo Interface de transportes da zona Ribeirinha Nascente e envolvente à Praça de Touros (obra já iniciada).
- Reconversão Urbanística da Zona Ribeirinha Nascente – Parque Urbano, que vai modernizar também todo o recinto do parque de Feiras.



- Obras de recuperação e modernização da escola dos Telheiros;
- Remodelação do edifício da Oficina da Criança;
- Construção de Estação de Lavagens de viaturas na ZIL;
- Remodelação do Jardim Público de Alcácer;
- Substituição de janelas e portas em todo o edifício dos Paços do Concelho;
- Nova Estação de Tratamento de Águas Residuais do Bairro do Forno da Cal;
- Início da remodelação de todas as infraestruturas de Foros de Albergaria;
- Remodelação do edifício para a nova extensão de saúde de Casebres;
- Plano de Mobilidade do Torrão;
- Aquisição de Novas viaturas para os Setores Operacionais;
- Remodelação do Parque Informático com novas plataformas;

Estes são apenas alguns dos grandes investimentos que fazem parte deste Orçamento e que têm como objetivo dar resposta a muitos anseios dos munícipes e trabalhadores deste concelho, dado que é para eles que trabalhamos, tentando sempre satisfazer toda a população, mas em especial aqueles que mais necessitam.

Este orçamento contempla um grande apoio ao movimento associativo e forças vivas do Concelho, às IPSS, Associações de Bombeiros, Associações culturais, desportivas, sociais e outras.

O investimento na educação, é forte neste orçamento, estando presente nos apoios sociais, nos transportes escolares que diariamente são prestados aos alunos deste Concelho, na alimentação, material escolar e bolsas de estudo disponibilizadas às nossas crianças e jovens.



Também o aproveitamento das capacidades do Concelho, a nível do património e do turismo, está presente neste orçamento e continua a fazer parte do trabalho da CDU, sempre com o intuito de elevar o Concelho e trazer mais dinamismo e investimento, que se irá refletir numa acentuada melhoria das condições de vida dos seus munícipes através do turismo, cada vez mais presente no Concelho de Alcácer, e da captação de novos projetos, potenciadores de novos empregos.

Este orçamento volta a apostar nos recursos humanos desta Câmara, pelo que se continuará a trabalhar para repor os direitos de todos os trabalhadores ao nível das condições remuneratórias e a investir nas melhorias de condições de trabalho e principalmente na Higiene e Segurança no Trabalho, tendo sempre como principal objetivo a segurança de todos os trabalhadores.

A CDU nos seus vários órgãos Autárquicos, continuará a cumprir os objetivos a que se propôs no seu Programa Eleitoral e para os quais foi eleito, trabalhar sempre para todo o Concelho de Alcácer do Sal, os seus munícipes e a quem nos visita.

Este é um orçamento que espelha o nosso empenho e a vontade de levar o concelho de Alcácer do Sal mais longe, mais dinâmico, mais moderno para todos, projetando e construindo um Concelho com Vida.

Alcácer do Sal, 14 de Dezembro de 2018

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal

Excelência do Trabalho, da Honestidade e da Competência